

1. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 21 da prova. - Mário Cesar, deficiente visual, possui contrato de aprendizagem com duração de dezoito meses que terminará quando ele tiver 25 anos e dois meses completos de idade. Já Ana Clara, deficiente auditiva, possui contrato de aprendizagem com duração de Direito do Trabalho dois anos que terminará quando ela tiver 23 anos e seis meses completos de idade. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considerando apenas os dados informados, é correto afirmar que

- (A) ambos os contratos são regulares e atendem à legislação trabalhista mencionada.
- (B) ambos os contratos são irregulares e não atendem à legislação trabalhista mencionada, porque o limite de duração do Contrato de aprendizagem é de um ano.
- (C) ambos os contratos são irregulares e não atendem à legislação trabalhista mencionada, porque o limite de idade do contrato de aprendizagem é de 21 anos.
- (D) Somente o contrato de Mário Cesar é regular e atende à legislação trabalhista mencionada, porque o limite de duração do contrato de aprendizagem é de dezoito meses.
- (E) Somente o contrato de Ana Clara é regular e atende à legislação trabalhista mencionada, porque o limite de idade do contrato de aprendizagem é de 24 anos.

2. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 22 da prova. - Simba e Fausto pretendem gozar de suas férias no mesmo período para que possam viajar juntos para conhecer Fernando de Noronha. Planejando as mencionadas férias, verificaram que é vedado o início das férias

- (A) nos dois dias que antecedem feriado ou repouso semanal remunerado.
- (B) apenas nos três dias que antecedem o repouso semanal remunerado.
- (C) apenas nos três dias que antecedem feriado.
- (D) nos três dias que antecedem feriado ou repouso semanal remunerado.
- (E) apenas nos dois dias que antecedem feriado.

3. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 23 da prova. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I - Saúde Ltda. fornece para seus empregados assistência médica prestada diretamente.

II. Laser Ltda. concede para seus empregados assistência médica mediante seguro-saúde.

III. Educação Ltda. concede para seus empregados educação em estabelecimento de ensino de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.

IV. Alimentação Ltda. concede para seus empregados seguro de vida e acidentes pessoais.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, NÃO serão considerados como salário as utilidades concedidas pelo empregador indicadas em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

4. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 24 da prova. - Xavier Leite pretende se candidatar para as eleições da CIPA de sua empregadora, porém está com algumas dúvidas a respeito da sua composição. Assim, consultando o cipeiro Adão Garça, ele apresentou a correta afirmação de que o mandato dos membros eleitos da CIPA terá duração de

(A) dezoito meses, vedada, como regra, a reeleição, sendo o seu presidente designado a cada seis meses pelo empregador, alternando entre os seus representantes e os representantes dos empregados.

(B) um ano, permitida, como regra, uma reeleição, sendo o seu presidente designado anualmente pelo empregador, dentre os seus representantes.

(C) um ano, vedada., como regra, a reeleição, sendo o seu presidente designado anualmente dentre os membros eleitos pelos empregados.

(D) um ano, vedada, como regra, a reeleição, sendo o seu presidente designado anualmente pelo empregador, dentre os seus representantes.

(E) dezoito meses, permitida, como regra, uma reeleição, sendo o seu presidente designado a cada seis meses dentre os membros eleitos pelos empregados.

5. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 25 da prova. - Mirna e Jandira adotaram conjuntamente uma adolescente de 15 anos de idade completos, estudante que exerce atividades como menor aprendiz. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho

(A) não será concedida licença maternidade, uma vez que a adolescente estuda e exerce atividades como menor aprendiz.

(B) não será concedida licença maternidade, uma vez que a adolescente possui mais de 12 anos completos.

(C) não será concedida licença maternidade uma vez que a adolescente possui mais de 14 anos completos.

- (D) será concedida licença maternidade de 120 dias para ambas as adotantes.
- (E) será concedida licença maternidade de 120 dias para apenas uma das adotantes.

6. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 26 da prova. - Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho celebrado entre a empresa YZW e Solange, Será devido a Solange, dentre outras, as seguintes verbas rescisórias:

(A) 100% das férias proporcionais, 50% do aviso prévio. 50% do décimo terceiro salário e multa rescisória relativa ao FGTS na proporção de 30% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

(B) 30% das férias proporcionais, 100% do aviso prévio, 30% do décimo terceiro salário e multa rescisória relativa ao FGTS na proporção de 20% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

(C) 50%% das férias proporcionais, 50% do aviso prévio, 50% do décimo terceiro salário e multa rescisória relativa ao FGTS na proporção de 20% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

(D) 50% das férias proporcionais, 50% do aviso prévio, 50% do décimo terceiro salário e multa rescisória relativa ao FGTS na proporção de 25% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

(E) 100% das férias proporcionais, 50% do aviso prévio. 50% do décimo terceiro salário e multa rescisória relativa ao FGTS na proporção de 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

7. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 29 da prova. - 29. Mariana, empregada da empresa Fonte Amor Ltda., retornará de sua licença maternidade na próxima segunda-feira. Neste caso, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que, para amamentar seu filho, em regra, ela terá direito, durante a jornada de trabalho, a

- (A) três descansos especiais de meia hora cada um até que o seu filho complete nove meses de idade.
- (B) três descansos especiais de vinte minutos cada um até que o seu filho complete sete meses de idade.
- (C) três descansos especiais de meia hora cada um até que o seu filho complete seis meses de idade.
- (D) dois descansos especiais de meia hora cada um até que o seu filho complete nove meses de idade.

(E) dois descansos especiais de meia hora cada um até que o seu filho complete seis meses de idade.

8. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 30 da prova. - 30 Catarina e Regina são irmãs e ambas estudam Direito na Universidade WVXY. Catarina está com dúvidas no tocante ao trabalho em regime de tempo parcial e pergunta para sua irmã se ela poderá ajudar. Regina, que domina a matéria, responde que sim e que, para iniciar, ela precisaria saber o básico, ou seja, que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o regime de tempo parcial é aquele cuja duração não exceda a

(A) trinta e duas horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e duas horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

(B) trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

(C) trinta e duas horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, apenas.

(D) vinte e oito horas semanais, Com a possibilidade de acréscimo de até quatro horas suplementares semanais, apenas.

(E) trinta horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até quatro horas suplementares semanais, apenas.

9. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 31 da prova. – Maria de Fátima ajuizou no mês passado reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Toalha Ltda., com valor da causa de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Está chegando a audiência e seu advogado Gabriel solicita que Maria de Fátima indique até o máximo de

(A) duas testemunhas. As referidas testemunhas que não comparecerem à audiência de instrução e julgamento serão regularmente intimadas e nova data para a audiência será designada, independentemente de comprovação de prévio convite.

(B) duas testemunhas. As referidas testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, sendo que só será deferida intimação da testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de Comparecer.

(C) quatro testemunhas. As referidas testemunhas que não comparecerem à audiência de instrução e julgamento serão regularmente intimadas e nova data para a audiência será designada, independentemente de comprovação de prévio convite.

(D) três testemunhas. As referidas testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, sendo que só será deferida intimação da testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.

(E) três testemunhas. As referidas testemunhas que não comparecerem à audiência de instrução e julgamento serão regularmente intimadas e nova data para a audiência será designada, independentemente de comprovação de prévio convite.

10. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 32 da prova. – Estudantes de Direito estão aprendendo sobre a composição do Tribunal Superior do Trabalho e realizando um trabalho para entregar ao professor responsável na semana que vem. No referido trabalho deverá constar, dentre outras informações, que o Tribunal Superior do Trabalho é composto por

(A) vinte e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

(B) vinte e cinco Ministros, nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, após aprovação pela maioria absoluta dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(C) vinte e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(E) vinte e sete Ministros, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

11. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 33 da prova. – Hermínia ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, a empresa Investigação Ltda., requerendo, em resumo, o reconhecimento da justa causa para rescisão do contrato de trabalho em razão de conduta ilícita praticada pela referida empresa. Em audiência, as partes se compuseram e a empresa Investigação Ltda. pagará a Hermínia o valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Neste caso, considerando que o valor da causa dado por Hermínia foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), as custas processuais devidas serão de

(A) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo que, se de outra forma não tiver sido convencionado, o pagamento das custas caberá exclusivamente à empresa Investigação Ltda.

(B) R\$ 900,00 (novecentos reais), sendo que, se de outra forma não tiver sido convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais a Hermínia e à empresa Investigação Ltda.

(C) R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), sendo que, se de outra forma não tiver sido convencionado, o pagamento das custas caberá exclusivamente à empresa Investigação Ltda.

(D) RS 1.200,00 (um mil e duzentos reais), sendo que, se de outra forma não tiver sido convencionado, O pagamento das custas caberá em partes iguais a Hermínia e à empresa Investigação Ltda.

(E) R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo que, se de outra forma não tiver sido convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais a Hermínia e à empresa Investigação Ltda.

12. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 34 da prova. – Luana e Camila, advogadas recém-formadas que trabalham no mesmo escritório de advocacia, estão pretendendo gozar de suas férias no mês de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, respectivamente. Objetivando não causar desorganização nos prazos processuais, as advogadas verificaram na Consolidação das Leis do Trabalho que o curso do prazo processual

(A) interrompe-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 19 de janeiro, inclusive.

(B) suspende-se nos dias compreendidos entre 21 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive.

(C) suspende-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 21 de janeiro, inclusive.

(D) interrompe-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

(E) suspende-se nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

13. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 35 da prova. – De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, apresentada a exceção de incompetência territorial no prazo de

(A) quinze dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo ate que se decida a exceção e os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de quinze dias.

(B) quinze dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, o processo não será suspenso e a exceção será decidida de imediato no início da audiência, sendo facultado ao réu se manifestar oralmente por até quinze minutos.

(C) cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, o processo não será suspenso e a exceção será decidida de imediato no início da audiência, sendo facultado ao réu se manifestar oralmente por até vinte minutos.

(D) cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, o processo não será suspenso e a exceção será decidida de imediato no início da audiência, sendo facultado ao réu se manifestar oralmente por até quinze minutos.

(E) Cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, será suspenso o processo até que se decida a exceção e os autos serão imediatamente conclusos ao juiz, que intimará o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, para manifestação no prazo comum de cinco dias.

14. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 36 da prova. – No tocante à ação Rescisória, de acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda,

(A) possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.

(B) somente possuirá legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, se a substituição processual decorrer de ato ilícito praticado pelo réu nos referidos autos, sendo irrelevante se o sindicato foi autor na qualidade de substituto processual.

(C) não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, independentemente do sindicato ter ou não sido autor na qualidade de substituto processual.

(D) não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, por se tratar de autor necessariamente na qualidade de substituto processual.

(E) possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo obrigatória a citação de todos os empregados substituídos em razão da existência do litisconsórcio passivo necessário.

15. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 39 da prova. – No tocante aos Embargos à Execução, a exigência da garantia ou penhora

(A) se aplica para todos os executados, independentemente da natureza jurídica da empresa ou instituição, sendo que, somente após garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado o prazo de 8 (oito) dias para apresentar embargos.

(B) não se aplica às entidades filantrópicas, de educação e sindical, aplicando-se, entretanto, àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

(C) não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

(D) não se aplica às entidades filantrópicas e/ou entidades de educação, aplicando-se, entretanto, àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

(E) se aplica para todos os executados, independentemente da natureza jurídica da empresa ou instituição, sendo que, somente após garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar embargos.

16. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 40 da prova. – Miguel ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa LWL tendo requerido diferenças de horas extras laboradas e não pagas que totalizam o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), sendo este o valor da causa. O processo encontra-se na fase recursal, sendo certo que

(A) caberá recurso de revista, dentre outras hipóteses, das decisões que derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

(B) somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.

(C) caberá recurso de revista, dentre outras hipóteses, das decisões que derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente.

(D) somente será admitido recurso de revista por contrariedade a sumula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

(E) somente será admitido recurso de revista por violação direta da Constituição Federal.

17. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 51 da prova. – É livre a associação profissional ou sindical, sendo vedada a

(A) participação do aposentado nas eleições, sendo permitido filiar-se ou manter-se filiado a sindicato, mas não podendo votar nem ser votado nas organizações sindicais.

(B) dispensa do empregado sindicalizado eleito como suplente, a partir do registro da sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical, até tres anos após o final do mandato.

(C) dispensa do empregado sindicalizado eleito, a partir da data de sua eleição a cargo de direção ou representação sindical, até dois anos após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

(D) criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

(E) exigência, por lei, de qualquer autorização do Estado para fundação de sindicato, cabendo, aos sindicatos, a defesa dos direitos e interesses exclusivamente coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

18. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 52 da prova. – Conceder-se-á mandado de injunção

(A) para ser declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, sendo dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, competindo ao Superior Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo, originariamente, dentre outras hipóteses, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Congresso Nacional.

(B) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais ou para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, competindo sempre ao Supremo Tribunal Federal processá-lo e julgá-lo originariamente.

(C) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, competindo ao Supremo Tribunal Federal processá-lo e julgá-lo, originariamente, dentre outras hipóteses, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição da Câmara dos Deputados.

(D) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, competindo ao Superior Tribunal de Justiça processá-lo e julgá-lo, originariamente, dentre outras hipóteses, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Senado Federal.

(E) para ser declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, sendo dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em até vinte dias, competindo sempre ao Supremo Tribunal Federal processá-lo e julgá-lo originariamente.

19. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 53 da prova. – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que

(A) fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas, tendo a discussão e votação desses projetos de lei início na Câmara dos Deputados, podendo o Presidente da República solicitar urgência para apreciação de referidos projetos.

(B) disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, promoções e remuneração, tendo a discussão e votação desses projetos de lei início no Senado Federal, podendo o Presidente da República solicitar urgência para apreciação de referidos projetos.

(C) fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas, tendo a discussão e votação desses projetos de lei início no Senado Federal, vedada a solicitação de urgência para apreciação de referidos projetos pelo Presidente da República.

(D) disponham sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, tendo a discussão e votação desses projetos de lei início no Senado Federal, podendo o Presidente da República solicitar urgência na apreciação apenas de medidas provisórias e não de projetos de lei de sua iniciativa.

(E) disponham sobre criação de cargos na Administração direta e autárquica, devendo o Presidente da República submeter seu projeto de lei, de imediato, ao Congresso Nacional, vedada a solicitação, pelo Presidente da República, de urgência para apreciação de projetos de lei de sua iniciativa.

20. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 54 da prova. – 54. Juan, nascido no exterior, pretende se naturalizar brasileiro após mais de vinte anos ininterruptos residindo no Brasil, onde trabalha como vendedor autônomo, tendo aqui nascido seu filho, Evandro, brasileiro, que hoje é maior de idade. Se, cumpridos os requisitos, Juan se naturalizar brasileiro, mas for comprovada fraude relacionada ao seu processo de naturalização e, se Evandro quiser renunciar à nacionalidade brasileira para adquirir apenas a nacionalidade originária do seu pai, Juan

(A) terá cancelada sua naturalização, por sentença judicial ou decisão administrativa. Já Evandro, que é brasileiro nato, poderá ter declarada a perda da sua nacionalidade se fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

(B) terá cancelada sua naturalização, por sentença judicial. Já Evandro, que é brasileiro nato, poderá ter declarada a perda da sua nacionalidade se fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

(C) não terá cancelada sua naturalização, pois a perda da nacionalidade brasileira somente é possível em caso de atentado contra o Estado Democrático. Já Evandro não é considerado brasileiro nato, pois nasceu antes da naturalização de seu pai, sendo que a renúncia à nacionalidade brasileira apenas pode ser feita por brasileiros natos.

(D) terá cancelada sua naturalização, por sentença judicial ou decisão administrativa. Já Evandro não poderá ter declarada a perda da sua nacionalidade, pois é brasileiro nato.

(E) não terá cancelada sua naturalização, pois a perda da nacionalidade brasileira somente é possível em caso de atentado contra a ordem constitucional. Já Evandro não poderá ter declarada a perda da sua nacionalidade, pois é brasileiro nato.

21. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Oficial de Justiça Avaliador Federal (2025) questão 55 da prova. – Margarido, 37 anos de idade, foi reeleito Prefeito de determinado Município nestas eleições de 2024 e pretende se candidatar ao cargo de Presidente da República em eleições que ocorrerão em 2026. Nessa situação hipotética, considerando apenas as informações fornecidas, Margarido

(A) poderá concorrer ao cargo que pretende, desde que renuncie ao mandato de Prefeito até quatro meses antes do pleito, sendo uma das condições de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente da República.

(B) poderá concorrer ao cargo que pretende, desde que renuncie ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito, sendo uma das condições de elegibilidade a idade mínima de trinta anos para Presidente da República.

(C) não poderá concorrer ao cargo que pretende, ainda que renuncie ao cargo de Prefeito, pois o Presidente da República exerce seu mandato no mesmo território de jurisdição do Prefeito, o que torna Margarido inelegível para cargo de Presidente da República.

(D) não poderá concorrer ao cargo que pretende, pois titular de cargo eletivo, sendo vedada a renúncia do mandato para concorrer a outro cargo eletivo.

(E) poderá concorrer ao cargo que pretende, desde que renuncie ao mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito, sendo uma das condições de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente da República.

22. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 35 da prova. – Ação direta de inconstitucionalidade de lei federal, proposta pelo presidente da república, deverá ser processada e julgada originalmente pelo letra

(A) Superior Tribunal de Justiça, sendo que o procurador Geral da República deverá ser previamente ouvido nessas ações em todos os processos de competência desse tribunal letra

(B) Supremo Tribunal Federal, sendo que quando ele apreciar a inconstitucionalidade em tese, lei federal se terá o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que defenderá o texto impugnado

(C) Supremo Tribunal Federal, sendo que o procurador já da República deverá ser previamente ouvido nessa ação.

(D) Superior Tribunal de Justiça, sendo que quando ele apreciar a inconstitucionalidade em tese de lei federal se terá o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que o texto impugnado.

(E) Superior Tribunal de Justiça, sendo que quando ele apreciar a inconstitucionalidade em tese de lei federal se terá o advogado Geral da União que defenderá o texto impugnado.

23. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 36 da prova. – São poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, bem como o Judiciário,

(A) além do Ministério Público, regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-concessão de asilo político, defesa da paz e garantia do desenvolvimento nacional e internacional, dentre outros.

(B) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da intervenção, igualdade entre os Estados e autodeterminação dos povos, dentre outros.

(C) além do Ministério Público, regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da intervenção, autodeterminação dos povos e não-concessão de asilo político, dentre outros.

(D) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-intervenção, igualdade entre os Estados e defesa da paz, entre outros.

(E) regendo-se, a República Federativa do Brasil, nas suas relações internacionais, pelos princípios da não-concessão de asilo político, intervenção e solução pacífica de conflitos, dentre outros.

24. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 37 da prova. – As mães das crianças com uma deficiência específica desejam criar uma associação para defesa dos direitos dessas crianças a criação da referida associação

(A) independe de autorização, sendo vedada em diferentes estatal e seu funcionamento, podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial, exigindo-se no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(B) Depende de autorização, sendo vedada interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial. Exigindo-se ambos os casos, o trânsito em julgado.

(C) Depende de autorização, sendo permitido a interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial. Não se exigindo em ambos os casos, o trânsito em julgado.

(D) independe de autorização sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento. Podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial exigindo-se em ambos os casos, o trânsito em julgado.

(E) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial, não se exigindo, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

25. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 38 da prova. – É livre Associação sindical, observado que a participação do sindicatos nas negociações coletivas do trabalho é

(A) facultativa e o aposentado filiado tem o direito de a votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais.

(B) facultativa e o aposentado afilhado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

(C) obrigatória e o aposentado filiado tem direito a votar, mas não pode ser votado nas organizações sindicais.

(D) Obrigatória e o aposentado filiado não tem direito a votar ser votado nas organizações sindicais.

(E) obrigatória e o aposentado filiado tem o direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

26. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 39 da prova. – Alessandro é filho de brasileiros nasceu na Colômbia quando os seus genitores estavam lá a serviço do Brasil. Valentina é filho de italianos e nasceu em território brasileiro, quando os seus genitores estavam no Brasil a serviço da Itália, tendo ido para Itália logo após o seu nascimento com os seus pais e lá permanecendo até hoje. Flávio, é estrangeiro originário de países africano de língua portuguesa e reside no Brasil há 2 anos e me interruptos, possuindo idoneidade moral. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas

(A) apenas Valentino, pode ser naturalizado brasileiro.

(B) Alessandro Valentino são brasileiros natos enquanto o flavio não pode ser naturalizar brasileiro.

(C) Alessandro Valentino e Flávio não podem se naturalizar brasileiros.

(D) Alessandro é brasileiro nato, não é brasileiro e Flávio pode se naturalizar brasileiro.

(E) apenas Valentino é brasileiro nato.

27. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 40 da prova. – Cacilda é casada com Eurico, sendo eles pais de Alessandra Cacilda tem 66 anos de idade e a professora aposentada Eurico tem 64 anos de idade e analfabeto e Alessandra. Tem 40 anos de idade e advogado os três são brasileiros. Considerando apenas as informações fornecidas nessa situação, o voto é obrigatório para

- (A) Cacilda e Alessandra e facultativo para Eurico.
- (B) Alessandra e facultativo para carrossilda e Eurico.
- (C) Alessandra facultativo para Cacilda e proibida para Eurico.
- (D) Cacilda e Alessandra e proibido para Eurico.
- (E) Cacilda Alessandra e Eurico.

28. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 41 da prova. – Taís brasileira tem 45 anos de idade e é membro do Ministério Público Federal com 16 anos de efetivo exercício. Cristina é brasileira, tem 38 anos de idade e é membro do Ministério Público do trabalho com 11 anos de efetivo exercício. Tereza é brasileira, tem 34 anos de idade e advogada com 12 anos de efetiva atividade profissional, considerando apenas as informações fornecidas nessa situação, o Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe poderia ser composto por

- (A) Taís Cristina e Teresa.
- (B) Cristina e Teresa apenas letra.
- (C) Taís e Cristina apenas .
- (D) Tais apenas.
- (E) Christina apenas.

29. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 42 da prova. – Apesar do fácil acesso da existência de transporte público, local no bairro periférico w, a empresa x localizada na região central de Aracaju fornece condução completa diária e gratuita para os seus funcionários que residem naquele bairro através de ônibus fretado. Nesse caso, o tempo despedido entre os empregados desde as respectivas residências até efetiva ocupação no posto de trabalho e para seu retorno em conformidade com a consolidação das leis do trabalho.

- (A) será computado na jornada de trabalho, exatamente por caracterizar tempo à disposição do empregador o transporte particular fornecido sem custo.
- (B) somente será computado na jornada de trabalho, se o trajeto na ida e no retorno na residência ultrapassar em conjunto duas horas.
- (C) não será computado na jornada de trabalho, não se tratando de tempo à disposição do empregador.
- (D) somente será computado na jornada de trabalho se o trajeto na ida e no retorno à residência ultrapassar 90 minutos contados de forma separada, (ida e retorno).

(E) será computado na jornada de trabalho por caracterizar tempo de exposição do empregador o transporte particular fornecido, com os sem custo, bastando fornecimento do transporte pelo empregador.

30. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 43 da prova. – Maria Marta empregada da empresa Amor e Superação LTDA., completou o período aquisitivo de suas regras. Sua empregadora pretende que Maria goze das referidas férias dentro do prazo legal em três períodos, sendo o primeiro de 14 dias corridos, o segundo de seis dias corridos e o último de 10 dias corridos de acordo com a consolidação das leis do trabalho. Esse fracionamento das férias

(A) é permitido desde que haja concordância de Maria.

(B) é permitido, independentemente da concordância de Maria Marta.

(C) não é permitido, uma vez que o fracionamento das férias é limitada dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos.

(D) não é permitido, uma vez que apesar da legislação permitir o fracionamento das férias em três períodos, um deles não poderá ser inferior a 15 dias corridos.

(E) não é permitido, uma vez que, apesar da legislação permitir o fracionamento das férias em três períodos, o primeiro deles não poderá ser inferior a 20 dias corridos.

31. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 44 da prova. – Margarida trabalha na empresa Flores Vermelhas e Azuis Ltda., possuindo uma jornada diária de trabalho de quatro horas e trinta minutos. Rosa trabalha na empresa Flores Laranjas e Amarelas Ltda., possuindo jornada diária de trabalho de quatro horas e Yasmin trabalha na empresa Flores Verdes Violetas Ltda., laborando, diariamente 6h30min. De acordo com a consolidação das leis do trabalho, é obrigatório a concessão de um intervalo para repouso de alimentação:

(A) apenas para Margarida Yasmin, sendo de 30 minutos para Margarida e de, no mínimo, uma hora para Yasmin.

(B) apenas para Margarida e Yasmin, sendo de 15 minutos para Margarida e de, no mínimo, uma hora para Yasmin.

(C) Apenas para Yasmin que será de, no mínimo, uma hora.

(D) para Margarida, Rosa Yasmin que será respectivamente, e de 30 minutos, 15 minutos e 30 minutos.

(E) para Margarida, Rosa e Yasmin, que será respectivamente de 15 minutos, 15 minutos e 30 minutos.

32. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 45 da prova. – Na semana passada o setor Y na empresa Esperança Ltda. foi tomada por alegrias que contagiaram os funcionários. Nasceram os filhos

gêmeos de Marco Aurélio na madrugada de segunda-feira e Cleópatra se casou na quarta-feira, em uma linda cerimônia muito aguardada pela funcionária. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho nessas situações, Marco Aurélio e Cleópatra deixaram de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, respectivamente por letra

- (A) 3 e 5 dias consecutivos, caracterizando hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
- (B) 5 e 3 dias consecutivos, caracterizando hipótese de suspensão do contrato de trabalho.
- (C) 3 e 5 dias consecutivos, caracterizando hipótese de interrupção do contrato de trabalho.
- (D) 5. E 3 dias consecutivos, caracterizando hipóteses de interrupção do contrato de trabalho.
- (E) 6 e 2 dias consecutivos, caracterizando hipóteses de suspensão do contrato de trabalho.

33. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025). – Considere as seguintes situações hipotéticas:

I - Patrícia Regina descobriu norma institucional prevista no regulamento interno da sua empregadora, tendo sido referido descumprimento considerado falta grave.

II - Deise Maria deixou de cumprir deliberadamente ordem direta legal de seu superior hierárquico sem justificativa, apenas para afrontá-lo e causar desequilíbrio no ambiente de trabalho.

III - Pedro Henrique vem iniciando com habitualidade a sua jornada de trabalho com 20 a 30 minutos de atraso, apesar de advertido Pedro Henrique continua não cumprindo horário inicial diário de seu labor, agindo sem compromisso.

Patrícia Regina, Deise Maria e Pedro Henrique, praticar o atos que constituem justa causa para a rescisão dos respectivos contratos de trabalho consubstanciados, respectivamente, em ato de

- (A) indisciplina, insubordinação e desídia no desempenho das respectivas funções.
- (B) insubordinação, insubordinação e desídia no desempenho das respectivas funções.
- (C) indisciplina, insubordinação e indisciplina
- (D) insubordinação, indisciplina e desídia no desempenho das respectivas funções.
- (E) insubordinação, insubordinação e indisciplina

34. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025). – Considere as situações hipotéticas nos seguintes empregados da empresa “X”

I - Gabriel possui dependentes portadores do vírus HIV.

II - Leandro completou 70 anos de idade.

III - Maria completou 71 anos de idade.

Considerando apenas as informações fornecidas, a conta vinculada do Trabalhador no FGTS poderá ser movimentada na situações indicadas em

(A) III, apenas.

(B) I e II apenas.

(C) II e III apenas.

(D) I e II apenas.

(E) I, II e III.

35. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025) questão 48 da prova. – Hoje Laina, que trabalha para empresa Casas Ltda., completa 22 anos de labor na referida empresa. Nesse caso e considerando esta circunstância na hipótese de rescisão contratual sem justa causa, Laina terá o direito de aviso prévio indenizado na proporção de

(A) 99 dias.

(B) 60 dias.

(C) 96 dias.

(D) 30 dias.

(E) 90 dias.

36. Fundação Carlos Chagas – TRT-20 SE – Analista Judiciário Área Administrativa (2025). – A Constituição Federal de 1988 prevê, dentre outros direitos sociais, previstos do seu artigo 7º, que os trabalhadores urbanos rurais têm direito

- (A) a participação nos lucros ou resultados, vinculada a remuneração, e, em regra, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (B) à irredutibilidade do salário, vedada a qualquer disposição a respeito em convenção o acordo coletivo.
- (C) ao piso salarial proporcional à extensão a complexidade do trabalho.
- (D) a jornada de 8 horas para o trabalho realizado em turnos e interruptos de vazamentos, salvo negociação coletiva.
- (E) à assistência gratuita aos filhos independentes, desde o nascimento até 7 anos de idade em creches e pré-escolas.

GABARITO									
1.A	2.A	3.C	4.B	5.E	6.C	7.E	8.B	9.B	10.D
11.D	12.E	13.E	14.A	15.C	16.B	17.D	18.C	19.A	20.B
21.E	22.C	23.D	24.A	25.E	26.D	27.A	28.B	29.C	30.A
31.B	32.D	33.A	34.E	35.E	36.C				

Neste momento encerramos mais uma etapa de nossas vidas, mais uma prova passou e as esperanças de um futuro melhor permanecem. Será que será desta vez que conseguimos a nomeação? Essa resposta não existe com certeza (pois a certeza estragaria a própria resposta) mas uma coisa temos certeza, cada um de nós deu seu melhor e os Concurseiros ON são merecedores de suas vagas, eu Professor Pedro Kuhn fui testemunha disso, boa prova pessoal!!!

E não esqueçam que em nosso canal do Youtube teremos a correção da prova assim que for liberada!!



Onde assistir nossas aulas?

Na Plataforma do Concurseiro ON!

No Canal do Youtube do Concurseiro ON!

No Canal de Membros do Youtube chamado Corrente da Posse onde são disponibilizados conteúdos inéditos todas as semanas!